Publicado na Folha de S.Paulo em 25/03/2022.

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CARUANA
FIDES - HONOR - LABOR

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Cenário: A melhora das condições sanitárias, em especial no segundo semestre de 2021, e o consequente relaxamento das medidas restritivas marcaram a retomada da atividade econômica, porém, em magnitude significativamente menor do que se previa inicialmente. As reformas essenciais esperadas para 2021, em sua maioria, foram adiadas e o PIB cresceu em linha com a recuperação econômica e o avanço da vacinação. A escalada da inflação, muito acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ocasionou forte movimento de alta da taxa básica de juros (SELIC), a qual permanece com perspectiva de elevação. O ano de 2022 começa com muitas incertezas, no cenário externo, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia e no cenário interno, com o rápido aumento dos preços dos combustíveis e com o contexto de eleição presidencial, em meio a uma forte desaceleração da economia e necessidade de enfrentamento do déficit fiscal.

Inflação: Apesar da redução no índice de preços nos últimos meses do ano, a inflação acumulada no exercício de 2021 fechou muito acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no patamar de 10%. As estimativas para 2022, 2023 e 2024 encontram-se em torno de 5,4%, 3,5% e 3,0%, respectivamente (Fonte: Relatório Focus – 07/02/2022).

Taxa de juros (Selic): A taxa básica de juros apresentou grande elevação no ano de 2021, passando de 2,00% para 9,25% ao ano. Já em 2022, a taxa foi novamente reajustada em 1,50% para 10,75% ao ano. Espera-se que o ciclo de alta se encerre na próxima reunião, com elevação de mais 1,00% para 11,75%. Tal patamar deverá ser mantido até o final do ano. Para 2023, espera-se que a taxa SELIC seja reduzida em direção a patamares menos restritivos.

Produto Interno Bruto (PIB): Os dados mais recentes apontam para um PIB de 4,50% em 2021, reduzindo-se para 0,30% em 2022 e 1,53% em 2023 (Fonte: Relatório Focus – 07/02/2022)

Mercado de trabalho: A taxa de desemprego fechou o quarto trimestre de 2021 em 11,1%, bem abaixo do que os 14,2% do mesmo período do ano anterior. Espera-se que com o baixo crescimento econômico projetado para 2022, o mercado de trabalho não apresente grande evolução.

Transporte: O setor de transporte coletivo de passageiros tem sofrido significativos impactos desde o início da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. O ano de 2021 apresentou, em especial o segundo semestre, melhora nos indicadores de desempenho dos operadores do transporte coletivo, mas, ainda assim, é certo que a Pandemia continuará sendo um obstáculo à retomada mais forte de suas atividades. Por se tratar de setor essencial para a retomada da atividade econômica do País, a mobilidade urbana tende a apresentar processo acelerado de recuperação. Importante observar, também, que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estes apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente.

Resultados: A Caruana encerrou o exercício de 2021 com um total de ativos de R$ 833.706 mil (R$ 790.046 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais as operações de crédito representam R$ 684.043 mil (R$ 660.023 mil em 31 de dezembro de 2020), indicando aumento de 3,64% no período. No exercício de 2021 a Sociedade apresentou resultado negativo de R$ 1.443 mil (contra prejuízo de R$ 16.597 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R$ 112.234 mil (R$ 113.677 mil em 31 de dezembro de 2020). Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 15,1%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 9.848 mil no exercício de 2021 contra R$ 8.555 mil no exercício anterior). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 14,40% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,00% em dezembro de 2021). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

Destaques: A Caruana manteve no segundo semestre de 2021 sua classificação de Investment Grade, divulgada pela agência Standard & Poor's, com manutenção da perspectiva estável, mesmo diante do desafiador cenário da economia global ainda imposto pela Pandemia da Covid-19, demonstrando estabilidade financeira e em suas estruturas operacionais. A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado. Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de Disponibilidade. Com o objetivo de proteger suas posições ativas e passivas quanto à eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, a Caruana aumentou expressivamente suas captações de recursos atreladas a taxas pré-fixadas e efetuou operações de "hedge" como forma de aperfeiçoamento à sua estrutura de gestão de riscos, reduzindo o impacto do aumento da taxa básica de juros (SELIC) em sua rentabilidade. Também, visando aumentar a segurança de sua carteira de empréstimo e financiamento e facilitar o acesso ao credito de empresas de pequeno e médio porte, a Sociedade se habilitou junto ao BNDES no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), conforme Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020, e configurou-se como a primeira instituição (não repassadora do BNDES) a operar com a garantia do FGI – Fundo Garantidor para Investimento. A Caruana segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 23 de março de 2022.
A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**401.086**	**366.313**
Diponibilidades	**4**	**2.010**	**602**
Instrumentos Financeiros		**318.807**	**304.786**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	**19.807**	**32.431**
Titulos e Valores Mobiliários	**6**	**13.306**	**10.054**
Vinculados a prestação de garantias		13.306	10.054
Relações Interfinaceiras		**4.493**	**2.596**
Operações de Crédito	**8a**	**277.608**	**258.284**
Setor privado – Empréstimos		236.243	216.363
Setor privado – Financiamentos		77.477	87.617
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(36.112)	(45.696)
Outros Créditos	**10**	**3.593**	**1.421**
Valores a receber relativos a transações de pagamento	8a	1.487	626
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	(16)	(619)
Diversos		2.122	1.414
Outros Valores e Bens		**80.269**	**60.925**
Outros valores e bens	3l	76.475	58.522
(-) Provisão para desvalorização	3l	(7.210)	(5.493)
Despesas antecipadas		11.004	7.896
Não Circulante		**428.693**	**423.733**
Instrumentos Financeiros		**365.310**	**356.676**
Titulos e Valores Mobiliários	**6**	**23.014**	**26.930**
Vinculados a prestação de garantias		23.014	26.930
Operações de Crédito	**8a**	**342.296**	**329.746**
Setor privado – Empréstimos		268.836	241.149
Setor privado – Financiamentos		100.000	114.268
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(26.540)	(25.671)
Outros Valores e Bens		**3.046**	**7.536**
Despesas antecipadas		3.046	7.536
Créditos Tributários	**10 e 10a**	**60.337**	**55.455**
Investimentos		**465**	**408**
Outros Investimentos		465	408
Imobilizado de Uso		**771**	**939**
Outras imobilizações de uso		3.371	3.192
(-) Depreciações acumuladas		(2.600)	(2.253)
Intangível		**2.691**	**2.719**
Ativos intangíveis		7.187	6.216
(-) Amortização acumulada		(4.496)	(3.497)
Total do Ativo		**833.706**	**790.046**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**273.680**	**133.482**
Instrumentos Financeiros		**262.812**	**119.638**
Depósitos		**177.201**	**55.855**
Depósitos a prazo	11	162.259	46.913
Outros depositos		14.942	8.942
Recursos de Aceites Cambiais	**11**	**85.611**	**63.783**
Recursos de aceites cambiais		85.234	63.425
Recursos de aceites letras imobiliarias		377	358
Relações Interfinanceiras		**2.647**	**2.274**
Transações de pagamento		2.647	2.274
Outras Obrigações		**8.221**	**11.570**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		419	21
Fiscais e previdenciárias	12a	1.949	6.058
Provisão para riscos	12c e 13b.2	241	436
Diversas	12c	5.612	5.055
Não Circulante		**447.792**	**542.887**
Instrumentos Financeiros		**424.496**	**520.683**
Depósitos	**11**	**231.666**	**235.486**
Depósitos a prazo		231.666	235.486
Recursos de Aceites Cambiais	**11**	**192.775**	**285.145**
Recursos de aceites cambiais		189.305	282.963
Recursos de aceites letras imobiliarias		3.470	2.182
Instrumento Financeiros Derivativos	**3d**	**55**	**52**
Operações de swap		55	52
Outras Obrigações		**23.296**	**22.204**
Provisão para riscos	12c e 13b.2	1.690	1.685
Dívidas subordinadas	12b	21.606	20.519
Patrimônio Líquido		**112.234**	**113.677**
Capital Social	14	123.379	123.379
Prejuizo Acumulado		(11.145)	(9.702)
Total do Passivo		**833.706**	**790.046**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas de Intermediação Financeira		**61.526**	**117.204**	**115.745**
Operações de crédito	8h e 9b	59.588	114.530	113.562
Resultado de Operações Com Títulos e Valores Mobiliários	6	1.314	1.818	1.220
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	624	856	963
Despesas de Intermediação Financeira		**(29.804)**	**(68.527)**	**(103.051)**
Operações de captação no mercado	11	(27.371)	(46.501)	(32.551)
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8f	(2.433)	(22.026)	(70.500)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**31.722**	**48.677**	**12.694**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(24.462)**	**(45.094)**	**(36.422)**
Receitas de prestação de serviços	15	5.031	9.848	8.555
Despesas de pessoal		(2.905)	(5.977)	(6.240)
Outras despesas administrativas		(24.235)	(43.909)	(33.452)
Provisões para riscos		(280)	(462)	(419)
Despesas tributárias		(1.877)	(3.884)	(4.482)
Outras receitas operacionais	16a	358	1.064	850
Outras despesas operacionais	16b	(554)	(1.774)	(1.234)
Resultado Operacional		**7.260**	**3.583**	**(23.728)**
Resultado Não Operacional		**(2.501)**	**(4.451)**	**(3.559)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**4.759**	**(868)**	**(27.287)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**19**	**(3.986)**	**(575)**	**10.690**
Provisão para imposto de renda		972	(2.999)	(6.516)
Provisão para contribuição social		(68)	(2.457)	(4.051)
Impostos diferidos		(4.890)	4.881	21.257
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício/Semestre		**773**	**(1.443)**	**(16.597)**
Número de Ações – Média Ponderada		**80.212.805**	**80.212.805**	**80.212.805**
Lucro/(Prejuízo) por Lote de Mil Ações – Básico e Diluído – R$	**3k**	**9,6333**	**(17,9853)**	**(206,9168)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício/semestre	**8.016**	**24.468**	**47.649**
Lucro/(Prejuízo) liquido ajustado do exercício/semestre	773	(1.443)	(16.597)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**7.243**	**25.911**	**64.246**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.433	22.026	70.500
Depreciações e amortizações	677	1.346	1.202
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	28	1.717	2.637
Impostos diferidos e correntes	3.986	575	(10.690)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	119	247	597
Variação de ativos e passivos operacionais	**(6.075)**	**(21.853)**	**(79.830)**
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	7.194	12.624	4.431
Redução em títulos e valores mobiliários	1.101	664	20.680
(Aumento) em Relações Interfinaceiras	(2.457)	(1.897)	(2.596)
(Aumento) em operações de crédito	(31.604)	(53.900)	(82.202)
Redução em outros créditos	7.641	1.956	3.892
(Aumento) em outros valores e bens	(4.715)	(16.571)	(42.549)
(Redução) em outras obrigações	(1.423)	(9.046)	(11.718)
Aumento em depósitos a prazo	50.172	111.525	206.334
Aumento/(Redução) em outros depósitos	6.834	6.000	(15.797)
(Redução) em recursos de aceites cambiais	(38.484)	(70.542)	(155.624)
Aumento em dívidas subordinadas	774	1.087	661
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	1.085	373	(554)
(Redução)/Aumento em Instrumentos Financeiros derivativos	(31)	3	53
IRPJ e CSLL pagos	(2.162)	(4.129)	(4.841)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**1.941**	**2.615**	**(32.181)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ações	(22)	(57)	(68)
Aquisição de imobilizado	(101)	(179)	(259)
Aquisição de Intangível	(354)	(971)	(1.299)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(477)**	**(1.207)**	**(1.626)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	–	–	28.800
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**–**	**–**	**28.800**
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.464**	**1.408**	**(5.007)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	546	602	5.609
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	2.010	2.010	602
	1.464	**1.408**	**(5.007)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Aumento Capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutária	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**90.074**	**4.505**	**2.816**	**4.079**	**–**	**101.474**
Aumento de capital	33.305	(4.505)	–	–	–	28.800
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(16.597)	(16.597)
Destinações:						
Reserva legal	–	–	(2.816)	–	2.816	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	(4.079)	4.079	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**123.379**	**–**	**–**	**–**	**(9.702)**	**113.677**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.443)	(1.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**123.379**	**–**	**–**	**–**	**(11.145)**	**112.234**
Saldos em 30 de junho de 2021	**123.379**	**–**	**–**	**–**	**(11.918)**	**111.461**
Lucro liquido do semestre	–	–	–	–	773	773
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**123.379**	**–**	**–**	**–**	**(11.145)**	**112.234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro/(Prejuízo) líquido no semestre/exercicio	**773**	**(1.443)**	**(16.597)**
Itens que serão reclassificados para o resultado	–	–	–
Total do resultado abrangente	**773**	**(1.443)**	**(16.597)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S/A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2021, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. Essas resoluções foram revogadas a partir de 1º de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do CPC, quando aplicável. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras da Caruana estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. A Caruana visando a proteção de suas posições ativas e passivas quanto à eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, em junho de 2020 iniciou a realização de operações de "hedge" como forma de aperfeiçoamento à sua gestão de riscos. A Caruana negociou em junho de 2020, contrato de "swap" CETIP x PRÉ no montante de R$ 3.000. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da parte ativa de swap é de R$ 3.211 e a parte passiva de R$ 3.266, gerando um ajuste a valor de mercado negativo no resultado do semestre no montante de R$ 55 (R$ 141 no exercício). **e) Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. No período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram realizadas renegociações de crédito seguindo-se as disposições estabelecidas pela Resolução CMN Nº 4.803. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment):*** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. **g) Imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinação da Lei 13.169/2015 do art. 1º. A partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, conforme medida provisória 1.034/2021, convertida na lei 14.183/2021. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões e passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Prejuízo por ação:** O prejuízo por lote de mil ações em 2021 foi de R$ 17,99 (prejuízo de R$ 206,92 em 2020) Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). **l) Outros valores e bens:** Referem-se a recuperações de bens em garantias de operações de crédito em atraso, sendo R$ 49.558 referente a veículos e R$ 26.917 referente a imóveis, totalizando R$ 76.475 (R$ 58.522 em 2020). Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 31 de dezembro de 2021 a Sociedade registrou uma provisão de R$ 7.210 (R$ 5.493 em 2020) para fazer face à desvalorização de Bens Não de Uso Próprio. **m) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Ao determinar e divulgar o valor justos dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia: Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e. Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. **n) Resultado Não Recorrente:** A Caruana considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2021	2020
Disponibilidades em moeda nacional	2.010	602
Total	**2.010**	**602**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Vencimento até 30 dias	**2021**	**2020**
Revenda a Liquidar-Posição Bancada (LTN)	19.807	32.431
Total	**19.807**	**32.431**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R$ 856 (R$ 963 em 2020).

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Ano de Vencimento	2021 Custo Amortizado	2021 Ajuste MTM	2021 Mercado/Contábil	2020 Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT	**2021**	–	–	**–**	**10.054**
Títulos Públicos – LFT	**2022**	13.308	(2)	**13.306**	**–**
Títulos Públicos – LFT	**2023**	6.064	(7)	**6.057**	**5.794**
Títulos Públicos – LFT	**2024**	16.990	(33)	**16.957**	**21.136**
Total		**36.362**	**(42)**	**36.320**	**36.984**

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "títulos para negociação", possuem negociações ativas e foram valorizados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, nível 1 hierárquico de valor justo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve reclassificação entre as categorias dos títulos e valores mobiliários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R$ 1.818 (R$ 1.220 em 2020).

7. Instrumentos financeiros derivativos – A Caruana participa de operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em taxas indexadas ao CDI. A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações do CDI em parte da carteira de Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais efetuada pela Caruana, citada na Nota 11, que resultam na conversão dessas taxas para uma taxa pré-fixada. A Caruana possui uma carteira de crédito mais concentrada em ativos pré-fixados. Em complemento à sua estratégia de ampliar a participação de ativos pré-fixados em seu passivo, a Caruana negociou, em junho de 2020, contrato de "swap" no montante de R$ 3.000, com vencimento em janeiro de 2023 e nas seguintes taxas: • Parte Ativa: 123% do CDI • Parte Passiva: 5,50% Pré-fixada Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da parte ativa de swap é de R$ 3.211 e a parte passiva de R$ 3.266, gerando um ajuste a valor de mercado negativo no resultado do semestre no montante de R$ 55 e R$ 141 no exercício (no exercício de 2020 impactou R$ 41 no resultado). A operação de derivativos baseia-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contraparte instituição financeira classificada como de primeira linha.

8. Operações de crédito

a) Composição das operações de crédito

Operações de crédito	**2021**	**2020**
Capital de Giro	475.390	404.500
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	177.477	201.885
Desconto de Títulos	14.597	23.303
Conta Garantida	9.492	22.675
Cartão de Crédito	5.600	7.034
	682.556	**659.397**
Outros Créditos	**1.487**	**626**
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	1.487	626
Total das operações de crédito	**684.043**	**660.023**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	(62.652)	(71.367)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos (Nota 9)	(16)	(120)
Total das perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(62.668)**	**(71.487)**
Total de operações de crédito	**621.375**	**588.536**

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2021	2020
Serviços	668.427	647.908
Pessoas físicas	9.632	10.457
Comércio	5.984	1.658
Total	**684.043**	**660.023**

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Vencidos	**2021**	**2020**
Até 30 dias	118	2.022
31 a 60 dias	13.582	33.578
61 a 90 dias	12.519	16.413
Acima de 90 dias	36.149	32.271
SubTotal	**62.368**	**84.284**
À vencer		
Até 3 meses	72.549	94.448
3 a 12 meses	185.889	154.235
1 a 3 anos	280.077	270.761
3 a 5 anos	76.473	84.888
5 a 15 anos	6.687	1.407
SubTotal	**621.675**	**575.739**
Total	**684.043**	**660.023**

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

2021	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores	203.755	29,79	179,15
50 maiores	353.850	51,73	311,11
100 maiores	118.303	17,29	104,01
Demais emitentes/clientes	8.135	1,19	7,15
Total	**684.043**	**100,00**	

2020	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores	166.986	25,30	146,90
50 maiores	349.876	53,01	307,78
100 maiores	131.987	20,00	116,11
Demais emitentes/clientes	11.174	1,69	9,83
Total	**660.023**	**100,00**	

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

2021 – Níveis de Risco	Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99	Curso normal	Vencidas	Valor total	Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99	Reversão FGI (*)	Provisão existente
A	**0,50**	52.642	–	52.642	(263)	55	(208)
B	**1,00**	170.375	118	170.493	(1.705)	18	(1.687)
C	**3,00**	307.015	13.582	320.597	(9.618)	258	(9.360)
D	**10,00**	45.814	12.519	58.333	(5.833)	–	(5.833)
E	**30,00**	18.273	6.802	25.075	(7.523)	–	(7.523)
F	**50,00**	11.309	8.402	19.711	(9.856)	–	(9.856)
G	**70,00**	2.699	80	2.779	(1.945)	–	(1.945)
H	**100,00**	13.548	20.865	34.413	(34.413)	8.157	(26.256)
Total		**621.675**	**62.368**	**684.043**	**(71.156)**	**8.488**	**(62.668)**

(*) A Caruana concedeu pouco mais de R$ 54,0 milhões em operações de crédito dentro do Programa Emergencial de Acesso ao Credito – FGI PEAC – idealizado pelo BNDES como forma de enfrentamento aos efeitos ocasionados pela Pandemia da Covid19, estando essas operações devidamente amparadas por garantia do FUNDO (80% do principal em aberto da operação), importante mitigador e mecanismo para desconcentração e diversificação de riscos de crédito. A Resolução Nº 4.855 (entrou em vigor em janeiro de 2021) permitiu que a constituição de provisão para perda provável (conforme metodologia estabelecida pela Resolução Nº 2.682), sobre as operações que apresentem garantia do FGI-PEAC, sejam realizadas apenas sobre a exposição detida pela Instituição. Em 31/12/2021 a Caruana possuía carteira de crédito garantida pelo FGI no montante de R$ 51.246.

2020 – Níveis de Risco	Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99	Curso normal	Vencidas	Valor total	Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99
A	**0,50**	262.093	–	262.093	(1.310)
B	**1,00**	121.544	2.022	123.566	(1.236)
C	**3,00**	121.193	33.578	154.771	(4.643)
D	**10,00**	21.443	16.413	37.856	(3.786)
E	**30,00**	24.128	206	24.334	(7.300)
F	**50,00**	15	6.247	6.262	(3.131)
G	**70,00**	1.532	1.967	3.499	(2.439)
H	**100,00**	23.791	23.851	47.642	(47.642)
Total		**575.739**	**84.284**	**660.023**	**(71.487)**

f) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre e nos exercícios:

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Saldo inicial	**64.260**	**71.487**	**57.497**
Constituição	20.219	45.316	116.525
Reversão	(17.786)	(23.290)	(46.025)
Baixas de créditos contra prejuízo	(4.025)	(30.845)	(56.510)
Saldo final	**62.668**	**62.668**	**71.487**

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Operações com cartões de crédito – A Faturar: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

Ativo	**2021**	**2020**
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.487	626
Total	**1.487**	**626**

h) Resultado das operações de crédito

Rendas de empréstimos	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Capital de Giro	33.893	66.537	69.152
Cartão de Crédito	1.997	3.420	5.668
Conta Garantida	4.543	6.422	2.156
Rendas de Desconto de Títulos			
Desconto de Títulos	1.545	3.069	1.548
Rendas de financiamentos			
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	15.147	31.517	33.881
Total	**57.125**	**110.965**	**112.410**

9. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo

a) Renegociados:

	2021	2020
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	25.716	42.822
Capital de Giro	174.796	196.679
Total	**200.512**	**239.501**

b) Recuperados de Prejuízo:

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	670	670	721
Cartão de Crédito	71	352	152
Capital de Giro	417	1.238	270
Desconto	1.305	1.305	9
Total	**2.463**	**3.565**	**1.152**

10. Outros créditos diversos

	2021	2020
Créditos tributários (Nota 10a)	60.337	55.455
Impostos e Contribuições a compensar	–	3
Adiantamento para pagamento de nossa conta	418	37
Adiantamentos e antecipações salariais	24	31
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 8a e 8g)	1.487	626
Devedores diversos no País (ii)	1.680	1.343
(-) Perdas esperadas (Nota 8a)	(16)	(619)
Total	**63.930**	**56.876**

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar. (ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente **a) Créditos Tributários:** Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 o CMN, o incremento, reversão ou

continua …

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 24/03/2022 18:27:53 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/1413

ICP Brasil

… continuação **Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Descrição	Saldo 31/12/2020	Constituições/ Reversões	Saldo 31/12/2021
Diferenças temporárias			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**52.512**	4.172	**56.684**
Provisão para desvalorização de BNDU	**2.191**	687	**2.878**
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	**553**	222	**775**
Provisão para outros credores	**199**	(199)	**–**
Total	**55.455**	**4.882**	**60.337**

Conforme MP 1.034/21 a expectativa de realização dos créditos tributários até 31 de dezembro de 2021, efetuamos um complemento de 5% em consideração a majoração da CSLL.

Descrição	Saldo 31/12/2019	Constituições/ Reversões	Reali-zações	Saldo 31/12/2020
Diferenças temporárias				
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**32.422**	34.254	14.164	**52.512**
Provisão para desvalorização de BNDU	**1.142**	1.072	23	**2.191**
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	**435**	238	120	**553**
Provisão para outros credores	**199**	–	–	**199**
Total	**34.198**	**35.564**	**14.307**	**55.455**

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Ano	Diferenças Temporárias Exercício 2021 Imposto de Renda	Contribuição Social	Ano	Exercício 2020 Imposto de Renda	Contribuição Social
2022	3.433	2.060	2021	14.325	8.595
2023	5.158	3.095	2022	9.889	5.934
2024	4.255	2.553	2023	1.758	1.055
2025	4.232	2.539	2024	638	383
2026	5.168	3.101	2025	1.774	1.064
+ 5 anos	15.464	9.279	+ 5 anos	6.276	3.764
Total	**37.710**	**22.627**	**Total**	**34.660**	**20.795**

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R$ 36.883 (R$ 45.768 em 2020), sendo utilizada a taxa média de captação do período.

11. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	2021 Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	2020 Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
Até 3 meses	26.328	21.955	10.930	19.820
De 3 a 12 meses	135.931	65.928	34.650	73.714
Acima de 12 meses	231.666	190.503	236.819	255.394
Total	**393.925**	**278.386**	**282.399**	**348.928**

(*) Do saldo de R$ 393.925 (R$ 282.399 em 2020) o montante de R$ 371.139 (R$ 256.170 em 2020) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 117,53% do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R$ 22.786 (R$ 26.229 em 2020) refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II – Depósito à Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 125,00 % do DI (Depósito Interfinanceiro); (**) O montante de R$ 278.386 (R$ 348.928 em 2020) refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 123,47% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No exercício de 2021 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R$ 46.501 (R$ 32.551 em 2020).

12. Outras obrigações – a) Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	1.327	5.726
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	57	166
Impostos e contribuições sobre salários	233	205
Outros	332	397
	1.949	**6.494**

b) Dívidas Subordinadas	2021	2020
Letras Financeiras Subordinadas – LFSN (i)	21.606	20.519

(i) Em 30 de outubro de 2015 a Caruana realizou a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando R$ 10 milhões, com a intenção de alocá-las como Capital Nível 2 para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). O ato foi aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015.Título renovado em 25/07/2019, com vencimento em 25/07/2029.

c) Diversas	2021	2020
Provisão para pagamentos a efetuar	743	809
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.931	1.685
Parcelado lojista	485	133
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	270	310
Credores diversos – País	4.114	3.803
	7.543	**6.740**

13. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais – a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes. **b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais: b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias:** São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R$ 1.931 (R$ 1.685 em dezembro de 2020) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Sociedade. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos; **b.2) Provisões cíveis:** São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	2021 Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	2020 Total
Saldo no início do exercício	**1.671**	**13**	**1.684**	**1.087**
Constituições	1.438	9	1.447	1.039
Realizações/reversões	(1.187)	(13)	(1.200)	(441)
Saldo no final do exercício	**1.922**	**9**	**1.931**	**1.685**

c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2021 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 06 processos de natureza trabalhista no valor de R$ 2.201 (R$ 3.597 em 2020) e 30 processos de natureza cível no valor de R$ 7.432 (R$ 3.517 em 2020) que somam R$ 9.633 (R$ 7.114 em 2020), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

14. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 123.379, representado por 80.212.805 (80.212.805 em 2020) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve constituição de reserva legal. **c) Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve distribuição de dividendos. As informações estão aderentes a Resolução 4.820 BACEN de 29/05/2020. **d) Reserva estatutária:** A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de dividendos através de reserva estatutária devido a prejuízos apresentados em exercícios anteriores.

15. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	2020
Tarifas sobre operações de crédito	1.464	3.174	2.391
Tarifas sobre cartão	3.332	6.279	5.824
Tarifa sobre cartão frete	–	–	84
Receita comissões	235	395	256
Total	**5.031**	**9.848**	**8.555**

16. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais	2º Semestre 2021	Exercício 2021	2020
Reversão de provisões operacionais	117	117	431
Outras rendas operacionais (I)	241	947	419
Total	**358**	**1.064**	**850**

(I) aumento em relação ao exercício de 2020 referente a fim de parceria, com baixa de provisão do produto descontinuado.

b) Outras despesas operacionais	2º Semestre 2021	Exercício 2021	2020
Atualização de impostos	103	152	269
Provisões passivas	224	520	–
Outras despesas operacionais (i)	227	1.102	965
Total	**554**	**1.774**	**1.234**

(I) aumento em relação ao exercício de 2020 referente a fim de parceria com baixa de operação do produto descontinuado.

17. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	2020
Despesas de serviços de terceiros	6.438	11.541	7.643
Despesas de processamento de dados	5.984	10.232	7.853
Despesas com serviços técnicos especializados	3.172	6.119	5.809
Despesas com veículos apreendidos	2.028	4.113	2.302
Outras despesas administrativas	2.004	3.236	1.501
Despesas com honorários da diretoria	1.128	1.998	1.805
Despesas do serviço financeiro	822	1.776	1.958
Despesas com depreciação e amortização	677	1.347	1.201
Despesas de comunicação	619	1.099	871
Despesas com alugueis	549	1.081	1.054
Despesas de viagens no País	485	766	465
Despesas de propaganda e publicidade	233	366	180
Despesas com relações públicas	88	150	411
Despesas de publicações	8	85	108
Total	**24.235**	**43.909**	**33.452**

18. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Descrição	2021 Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	2020 Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caruana S/A Participações e Empreendimentos (i)				
Letras de câmbio	–	–	80	(1)
Caruana S/A – Participações e Empreendimento (i) – capital de giro	2.100	185	–	–
Soma Participações S/A – capital de giro	3.801	849	–	–
H.I.M. Empreendimentos e Participações S/A – capital de giro	1.490	445	–	–

(i) Controlador

b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R$ 1.999 em 2021 (R$ 1.805 em 2020). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	2020
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	4.759	(868)	(27.287)
Encargo total do IRPJ e Contribuição Social	1.858	(389)	(10.915)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes:			
(+) Adições (Exclusões) Permanentes/ Temporárias	2.162	990	212
(+) Outros	(34)	(26)	13
IRPJ e da Contribuição Social	**3.986**	**575**	**(10.690)**

20. Limites operacionais – A Caruana encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	Exigência (Limite)	Situação	31/12/2021 Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	72.872	131.150	58.278
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	54.654	109.543	54.889
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	40.990	109.543	68.553
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	18.218	54.889	36.671
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	65.575	1.236	64.339
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	112.234	105.234
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	123.379	116.379

Limites operacionais	Exigência (Limite)	Situação	31/12/2020 Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	66.038	131.476	65.438
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	49.529	110.957	61.428
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	37.147	110.957	73.810
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	10.318	61.428	51.110
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	65.738	1.348	64.390
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	113.677	106.677
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	123.379	116.379

(*) E alterações complementares.

Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria – a) Governança: A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturamento leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor. **b) Controles Internos:** A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ("PLD"), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie. A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD. **c) Gerenciamento de Riscos:** No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores. Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado. **d) Ouvidoria:** Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes (www.caruanafinanceira.com.br), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

A Administração **Fábio Kiyoshi Yakushiji –** Contador CRC-1SP 271.903/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8
Victor Vinicius Zanetin Zavagli – Contador
CRC nº 1 SP 289.692/O-4

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 24/03/2022 18:27:53 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/1413

ICP Brasil